



PARTE II - Duração: 2 horas

Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 26.:

Para efeitos de determinação dos ganhos sujeitos a IRS (categoria G), o valor de aquisição de imóveis construídos pelos próprios sujeitos passivos corresponde:

- a) Ao valor de mercado.
- b) Ao valor do imóvel deduzido do valor do terreno.
- c) Ao valor patrimonial inscrito na matriz ou ao valor do terreno, acrescido dos custos de construção comprovados, se superior àquele.
- d) Ao valor do terreno, corrigido pelos coeficientes de desvalorização da moeda.

Questão 27.:

Juvenal Silvestre, residente em Chaves, cedeu a uma empresa com sede em Lisboa, pela importância de 4 000 EUR, os direitos de autor de uma obra literária por si produzida.

Aquele rendimento é enquadrado, em sede de IRS, na:

- a) Categoria G, sujeito a uma taxa especial de 28%.
- b) Categoria E, sujeito a retenção na fonte à taxa liberatória de 28%.
- c) Categoria B, devendo ser objeto de englobamento obrigatório, apenas por 50% do seu valor, líquido de outros benefícios.
- d) Categoria B, sujeito a retenção na fonte à taxa liberatória de 28% e de englobamento obrigatório.

Questão 28.:

Uma entidade com sede em Portugal, sujeito passivo de IRC, enquadrada no regime geral de tributação, que se dedica ao fabrico e comercialização de móveis de cozinha, apurou, em 2018, um prejuízo fiscal no valor de 150 000 EUR.

A estrutura de capital social da empresa, que coincide com os direitos de voto, é a mesma desde a sua constituição, em 2016, possuindo a seguinte composição:

- António Antunes: 55%
- Bernardo Bernardes: 10%
- Camilo Costa: 30%
- Dalila Antunes: 5%

Indique qual dos seguintes factos, a ocorrer em 2019, é suscetível de originar a perda do direito ao reporte do referido prejuízo fiscal e consequente dedução aos lucros tributáveis, havendo-os:



- a) Uma diminuição, em 50%, no volume de vendas.
- b) A alienação da quota por parte de Dalila Antunes a Bernardo Bernardes.
- c) A alienação da quota por parte de Bernardo Bernardes a Dalila Antunes.
- d) A doação da quota por parte de António Antunes à sua filha, Dalila Antunes.

Questão 29.:

Em janeiro de 2018 a sociedade XXX, com sede em Barcelos e tributada, em sede de IRC, pelo regime geral, adquiriu uma máquina pelo montante de 110 000 EUR, que entrou de imediato em funcionamento.

A referida máquina é depreciada à taxa de 14%, prevista no Dec. Regulamentar n.º 25/2009. Esta aquisição beneficiou de um subsídio não reembolsável no montante de 30 000 EUR, contratualizado em 2018, tendo nesse mesmo período recebido a 1ª tranche no montante de 15 000 EUR.

Para efeitos de apuramento do lucro tributável de IRC, o montante de subsídio a considerar em 2018 ascendeu a:

- a) 30 000 EUR.
- b) 15 000 EUR.
- c) 2 100 EUR.
- d) 4 200 EUR.

Questão 30.:

A sociedade ABC, Lda., enquadrada no regime normal do IVA, com sede em Lisboa, dedica-se ao comércio de caldeiras para aquecimento, procedendo à sua instalação junto do cliente. Na venda com montagem e instalação de uma caldeira à sociedade WXZ, SA, com sede em Vila Nova de Famalicão, o IVA é devido e torna-se exigível:

- a) No momento em que a WXZ, SA procedeu à encomenda daquele equipamento.
- b) No momento em que se inicia o transporte do equipamento a partir das instalações da ABC, Lda.
- c) No momento em que a instalação e montagem estiver concluída.
- d) No momento em que é efetuado o pagamento final.

Questão 31.:

Para efeitos de IVA, o valor tributável das transmissões de bens e das prestações de serviços sujeitas a imposto, inclui:

- a) Os juros pelo pagamento diferido da contraprestação e as quantias recebidas a título de indemnização declarada judicialmente, por incumprimento total ou parcial de obrigações.
- b) Os descontos, abatimentos e bónus concedidos.
- c) As quantias pagas em nome e por conta do adquirente dos bens ou do destinatário dos serviços, registadas pelo sujeito passivo em contas de terceiros apropriadas.
- d) As despesas acessórias debitadas, como sejam as respeitantes a transporte e seguros, efetuadas em nome próprio e por conta do cliente.



Questão 32.:

O IMT incidirá:

- a) Sempre sobre o valor patrimonial tributário dos prédios.
- b) Sempre sobre o valor constante do contrato.
- c) Em regra, sobre o valor constante do ato ou do contrato ou sobre o valor patrimonial tributário dos imóveis, consoante o que for maior.
- d) Em regra, sobre o valor de mercado dos prédios, determinado de acordo com os indicadores do Banco de Portugal.



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 33.:

De acordo com o Sistema de Custeio Variável de imputação dos gastos, devemos imputar aos objetos de custo:

- a) Todos os gastos fixos e variáveis industriais.
- b) Todos os gastos fixos e variáveis não industriais.
- c) Ambas as anteriores.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 34.:

No âmbito da produção conjunta, quando existem custos específicos industriais e não industriais, para efeitos de valorização dos produtos principais devemos considerar o critério:

- a) Do Lucro Nulo.
- b) Do Custo Nulo.
- c) Ambos os anteriores.
- d) Nenhum dos anteriores.

Questão 35.:

Ao utilizar a análise Custo-Volume-Resultado (CVR), quando aumenta o custo fixo total:

- a) O ponto de equilíbrio não se altera.
- b) Existe apenas alteração na margem de contribuição.
- c) O ponto de equilíbrio aumenta, em quantidade e em valor, no entanto, o preço de venda unitário terá de se manter constante.
- d) O ponto de equilíbrio diminui, em quantidade e em valor, no entanto, o preço de venda unitário terá de se manter constante.

Questão 36.:

Uma empresa produtora, ao utilizar o Sistema de Custeio Racional, irá evidenciar nos seus resultados a rubrica de Custos Industriais Não Incorporados (CINI). O CINI caracteriza-se por incluir custos:

- a) Fixos Industriais.
- b) Fixos Não Industriais.
- c) Fixos Industriais e Não Industriais.
- d) Fixos e Variáveis Industriais.



Questão 37.:

Uma determinada empresa fabril utiliza o sistema de custos padrão para efeitos de cálculo dos custos unitários da empresa e mensuração dos produtos acabados. No final de determinado mês, a referida empresa apurou os seguintes desvios:

Desvios favoráveis:

Desvio de tempo da Mão de Obra Direta (MOD): 1 000 EUR
Desvio de preço nos materiais: 2 500 EUR

Desvios desfavoráveis:

Desvio de taxa horária: 2 000 EUR
Desvio de quantidade nos materiais: 3 000 EUR

Em face destes elementos:

- a) O desvio total nos materiais é favorável no valor de 500 EUR.
- b) O desvio total na MOD é desfavorável no valor de 1 000 EUR.
- c) O desvio total nos materiais é desfavorável no valor de 1 000 EUR.
- d) O desvio total na MOD é nulo.

Questão 38.:

Uma empresa produz e comercializa os produtos P1, P2 e o subproduto P3, obtidos através de um processo produtivo conjunto. Durante o mês de maio do ano N, a empresa contabilizou os seguintes elementos:

- Produção: 1 500 unidades de P1, 2 000 unidades de P2 e 500 unidades de P3;
- Preço de venda unitário: 30 EUR P1, 40 EUR P2 e 10 EUR P3;
- Custos de específicos de acabamento: 2 EUR por cada unidade produzida;
- Gastos de distribuição: 4 000 EUR (imputados a cada produto de acordo com as quantidades produzidas);

No mês de maio de N, os custos do subproduto P3 foram de:

- a) 3 000 EUR utilizando o critério do Lucro Nulo.
- b) 3 000 EUR utilizando o critério do Custo Nulo.
- c) 3 500 EUR utilizando o critério do Lucro Nulo.
- d) 4 000 EUR utilizando o critério do Lucro Nulo.



QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO EFETUADA COM BASE NO SNC

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ, QUANDO FOR O CASO, SER EFETUADA
COM BASE NO REGIME GERAL DE SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO:

Questão 39.:

A sociedade INVENTARIUM, Lda. apresentou os seguintes movimentos no mês de dezembro do ano N, em relação à mercadoria IVM:

Dia	Descrição	Quantidade	Custo unitário (EUR)
2	Existência inicial	1 200	71,80
8	Compra	145 000	73,00
15	Compra em trânsito (<i>o cliente é responsável pelas mercadorias desde o seu embarque</i>)	28 000	70,00
19	Oferta a um cliente	20	
25	Venda	124 180	

Indique o valor do inventário final da mercadoria IVM, caso a sociedade utilize o FIFO como critério de custeio das saídas de armazém, considerando que a INVENTARIUM, Lda. adota o sistema de inventário permanente na contabilização dos seus inventários:

- a) 3 648 560 EUR.
- b) 3 566 000 EUR.
- c) 1 606 000 EUR.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 40.:

No dia 3 de outubro de 2017 foi adjudicada à OBREXAME, Lda. uma obra, em regime de empreitada, pelo valor de 4 500 000 EUR (não sujeita a revisão de preços), que foi iniciada de imediato, referente à construção de um edifício público. A OBREXAME, Lda. não recebeu qualquer adiantamento quanto a este contrato.

O balanço da OBREXAME, Lda., reportado a 31/12/2018, apresentava um saldo de 150 000 EUR na conta "282 – Diferimentos – Rendimentos a reconhecer" referente ao reconhecimento do crédito daquele contrato de construção.

Sabe-se que, em maio 2019, data da conclusão da construção do edifício público, a OBREXAME, Lda. emitiu a última fatura relativa à obra no valor de 660 000 EUR. No final da obra os custos totais suportados ascenderam a 3 790 000 EUR.

Considerando apenas a informação apresentada, é correto afirmar que, relativamente ao contrato de construção:



- a) O resultado reconhecido em 2019 ascendeu a 710 000 EUR.
- b) A percentagem de acabamento acumulada em 31/12/2018 terá sido 82%.
- c) O crédito acumulado reconhecido até 31/12/2018 ascendeu a 3 840 000 EUR.
- d) Em 2018, a OBREXAME faturou menos 150 000 EUR do que a quantia do crédito a reconhecer no período.

Questão 41.:

A empresa industrial CONFIRME, S.A. celebrou com o Banco ZZZ um contrato de *confirming*, de acordo com o qual o Banco ZZZ pagará em nome da empresa as faturas que se encontrem em dívida aos seus fornecedores na respetiva data de vencimento.

Na sequência deste contrato, o Banco ZZZ negociou com um daqueles fornecedores da CONFIRME, S.A., concretamente com o ANTECIPA, Lda., antecipar a este fornecedor o valor das faturas vincendas mediante o pagamento de uma comissão e juros sobre o valor financiado.

Em face exclusivamente do exposto, é correto afirmar-se que:

- a) A celebração do contrato de *confirming* implica o reconhecimento de um financiamento obtido na CONFIRME, S.A..
- b) A celebração do contrato de *confirming* não implica o reconhecimento de um passivo na CONFIRME, S.A..
- c) A antecipação das faturas vincendas negociada com o Banco ZZZ implica o reconhecimento de um financiamento obtido na CONFIRME, S.A..
- d) A celebração do contrato de *confirming* implica sempre o reconhecimento de gastos de financiamento na CONFIRME, S.A..

Questão 42.:

A Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) prevê, como regra geral para as pequenas entidades (PE), a utilização do método do imposto a pagar no tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento. Existem, contudo, exceções que poderão obrigar uma PE, que adota a NCRF-PE, a aplicar o disposto na NCRF 25, no que respeita a impostos diferidos. Identifique, de entre as seguintes afirmações, aquela que corresponde a uma dessas exceções:

- a) Quando a PE recebe um subsídio para a aquisição de ativos fixos tangíveis.
- b) Quando a PE adota o modelo do justo valor.
- c) Quando a PE adota o modelo de revalorização.
- d) Quando a PE adota o critério do custo amortizado.

Questão 43.:

O estudante de contabilidade José Alvim está em dúvida quanto à contabilização dos custos associados à emissão de instrumentos de capital próprio, já que faltou à aula em que tal matéria fora explicada.

Nos termos da NCRF 27, aqueles custos devem ser:

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	26 outubro 2019	VERSÃO A
--	------------------------	-----------------



- a) Integralmente reconhecidos como gastos do período.
- b) Adicionados à quantia inscrita no respetivo capital próprio.
- c) Suportados, a título particular, pelo detentor dos instrumentos de capital próprio.
- d) Deduzidos à quantia inscrita no respetivo capital próprio.

Questão 44.:

Uma sociedade anónima procedeu, em setembro de 2019, a um aumento de capital, no valor de 125 000 EUR, através da emissão de 125 000 ações de valor nominal 1 EUR, e que irão ser colocadas a 1,2 EUR/ação.

Os acionistas que irão subscrever 60% das ações a emitir neste aumento, entregaram bens devidamente avaliados por um Revisor Oficial de Contas, no valor de 90 000 EUR. Os demais acionistas realizaram, no momento da subscrição, o capital mínimo estabelecido na legislação, ou seja 30%, e diferiram o remanescente por um período de seis meses.

No balanço reportado a 31 de dezembro 2019, a conta "261 - Acionistas c/ subscrição" deverá apresentar um saldo de:

- a) 42 000 EUR.
- b) 35 000 EUR.
- c) 18 000 EUR.
- d) 15 000 EUR.

Questão 45.:

A empresa PRO-VISÃO, Lda. vendeu, durante o ano de 2016, 2 000 unidades de um determinado equipamento ao preço de 5 000 EUR cada unidade. Todos os artigos têm um período de garantia de dois anos.

Em média, os custos associados com as reparações e a substituição dos artigos vendidos atinge um por cento do valor das vendas do correspondente ano.

Relativamente aos equipamentos vendidos em 2016, a empresa prestou serviços pós-venda em 2016 e 2017, de 30 000 EUR e 60 000 EUR, respetivamente.

Sabendo que a empresa não prestou serviços pós-venda em 2018 relativamente aos equipamentos vendidos em 2016, em 31 de dezembro de 2018 deve:

- a) Debitar a conta "67 – Provisões do período" e creditar a conta "29 – Provisões", por 10 000 EUR.
- b) Debitar a conta "29 – Provisões" e creditar a conta "76 – Reversões", por 90 000 EUR.
- c) Debitar a conta "29 – Provisões" e creditar a conta "76 – Reversões", por 10 000 EUR.
- d) Debitar a conta "67 – Provisões do período" e creditar a conta "29 – Provisões", por 90 000 EUR.



QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 46.:

Perante o reiterado incumprimento pelo cliente da entrega de todos os documentos e informação necessária ao preenchimento e envio das declarações fiscais, o contabilista certificado deve:

- a) Enviar as declarações fiscais com a informação disponibilizada ou, não existindo, enviar sem qualquer informação.
- b) Enviar as declarações fiscais com a informação disponibilizada e informar o Serviço de Finanças da área da sede ou residência do cliente das eventuais insuficiências.
- c) Enviar as declarações fiscais dentro dos prazos mas informar o conselho diretivo da Ordem das omissões de documentos e informação.
- d) Recusar-se a enviar as declarações, informando a Autoridade Tributária das razões que justificaram o não envio, no prazo de 30 dias após a data limite para a entrega das declarações.

Questão 47.:

Podem ser sócios de uma sociedade de contabilidade:

- a) Contabilistas certificados, sociedades de contabilidade e sociedades de profissionais.
- b) Qualquer pessoa coletiva ou pessoa singular.
- c) Contabilistas certificados ou familiares.
- d) Contabilistas certificados.

Questão 48.:

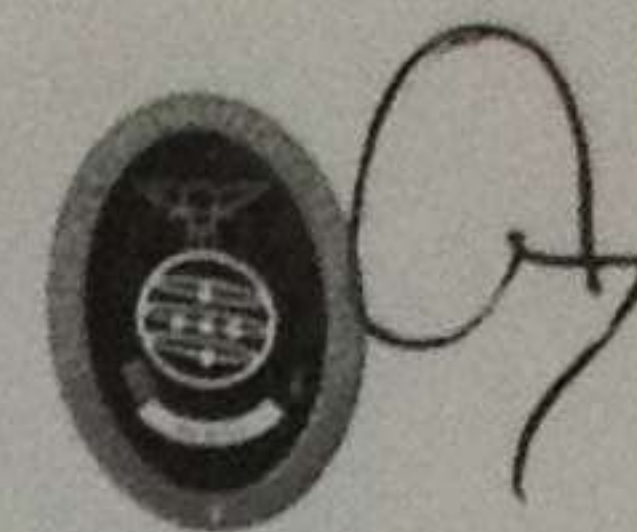
Estão sujeitos ao dever de pagamento de quotas:

- a) Todos os membros efetivos.
- b) Todos os membros pessoas singulares.
- c) Os contabilistas certificados.
- d) Apenas os contabilistas certificados com a inscrição ativa.

Questão 49.:

O contabilista certificado pode ser responsabilizado pelas dívidas fiscais dos seus clientes quando:

- a) O cliente não pague os seus impostos e não tenha património que permita a satisfação daquela dívida.
- b) Comprovadamente o contabilista certificado tiver violado os deveres de regularidade técnica a que está obrigado.
- c) Ambas as respostas anteriores.
- d) Quando os gerentes não disponham de património suficiente para o pagamento das dívidas.



Questão 50.:

Perante uma divergência sobre o devido enquadramento contabilístico e fiscal de uma operação entre o contabilista certificado responsável pela contabilidade de uma entidade e o diretor técnico da sociedade de contabilidade onde o contabilista trabalha:

- a) Prevalece a opinião do contabilista certificado responsável pela contabilidade da entidade.
- b) Prevalece a opinião do direito técnico, enquanto responsável máximo da entidade.
- c) Os colegas devem tentar chegar a um entendimento e, não sendo possível, procurar a mediação e conselho da Ordem.
- d) Nenhuma das anteriores.